




“QUEO A MINHA SHELA, QUEO OS AMIGOS”: REFLETIR O ISOLAMENTO SOCIAL DE BEBÉS EM TEMPOS DE PANDEMIA, NA BASE DE UMA EXPERIÊNCIA VIVIDA EM PORTUGAL

I want my Shela, i want my friends”: reflect the social isolation of babies in times of pandemic, on the basis of an experience lived in Portugal

Teresa **SARMENTO**

Departamento de Ciências Sociais da Educação
Centro de Investigação em Estudos da Criança,
Braga, Portugal

tsarmento@ie.uminho.pt


<https://orcid.org/0000-0002-2371-399X> 

Daniela **SILVA**

Associação Gerações

Vila Nova de Famalicão, Portugal

maisinfanciaportugal@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0003-4689-6183> 

A lista completa com informações dos autores está no final do artigo ●

RESUMO: “Queo a minha Shela, queo os amigos”, a afirmação da Madalena a afirmar a sua vontade em voltar à creche que, em tempo normais, frequenta, introduz o texto que pretendemos apresentar sobre o ‘isolamento social’ de bebés em tempos de pandemia. O relato de famílias sobre como as crianças dos 0 aos 3 anos têm vivenciado estes tempos de afastamento, bem como o que nos contam educadoras sobre como foi feito o acompanhamento a distância e acerca do seu regresso às instituições, ajudam-nos a refletir na importância das creches como espaço educativo, particularmente como fórum de socialização, realçando a relevância da corresponsabilização educativa entre pais e profissionais de educação. Iniciaremos por um enquadramento sobre as finalidades das creches e o panorama geral traduzido pela baixa cobertura desta valência em Portugal, mostrando que há bebés que podem estar em risco de isolamento mesmo em tempos de não-covid. Na segunda parte do texto, valorizando as narrativas de experiência como recurso informativo e formativo, e, ao mesmo tempo, como registo histórico de um tempo inusitado, trazemos para análise a descrição do processo desenvolvido numa creche, procurando aferir o que manifestam as crianças e as oportunidades colaborativas entre pais e educadores em torno do que entendemos como educação de infância emancipatória.

PALAVRAS-CHAVE: Creches. Isolamento social. Covid 19. Corresponsabilização educativa.

ABSTRACT: “I want my Shela, I want my friends”, the statement of Madalena, affirming her desire to return to the nursery which, in normal times, she attends, introduces this reflection of eventual social isolation of babies in pandemic times. The report of families about how children from 0 to 3 years old have experienced these times, as well as what educators tell us about how distance monitoring was done and their return to institutions, help us to analyse the importance of nurseries as an educational space, particularly as a socialization forum, also highlighting the relevance of educational co-responsibility between parents and professionals. We will start with a framework in which we will address the purposes of nurseries and the general panorama translated by the low coverage of this valence in Portugal, showing that there are babies who may be at risk of isolation even in times of non-covid. In the second part, valuing the narratives of experience as an informative and formative resource, and, at the same time, as a historical record of an unusual time, we bring to analysis the description of the process developed in a nursery, trying to assess what the children and the collaborative opportunities between parents and educators around what we understand as emancipatory childhood education.

KEYWORDS: Nurseries. Social isolation. Covid 19. Educational co-responsibility.

INTRODUÇÃO

Madalena, menina de dois anos e poucos meses, durante a pandemia do covid19 passou três meses em casa, com os pais, a irmã, Mariana, de seis anos, e um irmãozinho nascido nesse período, com todas as atenções e muita brincadeira... mas faltava-lhe a educadora e os amigos. Daí, insistentemente, reclamar: - “Queo a minha Shela, queo os amigos”, a que os pais, depois de aferidas todas as condições de segurança e bem-estar, vencendo ansiedades e receios, acederam ao querer da menina, reconhecendo assim o direito da filha ver atendida a vontade expressa e voltar ao convívio diário com os seus outros, expandindo o seu campo de socialização.

A voz da Madalena, associada à reflexão que temos desenvolvido sobre o silêncio e invisibilidade que a pandemia do covid 19 gerou nas crianças, foi o ponto a partir do qual decidimos escrever sobre este processo, situado na realidade portuguesa mas que a comunicação social nos permite admitir como extensível a uma grande parte do planeta, o que nos exige, enquanto cidadãs comprometidas com a educação de crianças pequenas, a participação na análise e desocultação do que se passa. A expansão pandémica do covid 19, doença provocada por um vírus desconhecido, SARS2, com um nível de contágio muito elevado, sobre o qual há muitas dúvidas acerca dos tratamentos adequados e da sua malignidade para todos, alterou profundamente a vida de cada um, confinando-nos em casa, numa primeira fase, para depois obrigar a uma vida social fortemente condicionada por razões de ordem sanitária. O relato de famílias sobre como as crianças dos 0 aos 3 anos têm vivenciado estes tempos de afastamento, bem como o que nos contam educadoras sobre como foi feito o acompanhamento a distância e acerca do seu regresso às instituições, ajudam-nos a refletir na importância das creches como espaço educativo, particularmente como fórum de socialização, realçando também a relevância da corresponsabilização educativa entre pais e profissionais de educação.

A creche frequentada pela Madalena faz parte da oferta de 48,4% (MTSS, 2018: 22 e seguintes) de estabelecimentos deste tipo, em Portugal, os quais se distribuem de forma desigual pelo território continental¹, verificando-se menor disponibilidade nas

¹ O território nacional português é composto pelo continente e por duas ilhas (Açores e Madeira). O estatuto de autonomia das ilhas permite que, no que ao ponto em estudo se refere, na Madeira haja creches públicas, tuteladas pela Secretaria Regional de Educação, com objetivos específicos no campo da educação e do cuidado, valorizando a corresponsabilização educativa dos profissionais e das famílias (Decreto Legislativo Regional n.º 16/2006/M).

zonas metropolitanas das duas maiores cidades do país (Lisboa e Porto), sendo que nas zonas do interior a oferta supera a média nacional. A percentagem de utilização destes equipamentos, segundo dados da Carta Social (MTSS, 2018), situa-se nos 85,5%, o que se pode justificar por diferentes razões: a distribuição territorial dos equipamentos, a opção dos pais pela não utilização dos mesmos, a diminuição da população infantil em zonas em que algumas creches estão implantadas. Nesta data, 76% das creches existentes pertencem à rede solidária, sendo apoiadas pelo Estado através de acordos de cooperação das mesmas com o Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, e as restantes são de carácter privado-lucrativo. Ou seja, o Estado não possui creches próprias, salvo a situação da ilha da Madeira, como já referimos. Como dizíamos acima, a inexistência de mais equipamentos deste tipo em muitas partes do território nacional, obriga os pais a procurarem outras alternativas como sejam as amas. Além disso, alguns pais, sobretudo os que podem contar com o acesso às redes de apoio familiar, fazem a escolha deliberada de manter as crianças mais pequenas no seio familiar. As condições de cada um destes espaços de vida e as dinâmicas aí desenvolvidas são muito diversas, pelo que as questões de isolamento social podem ou não colocar-se, consoante a qualidade dos contextos em que as crianças vivenciam esta fase da sua infância. Ou seja, não frequentar uma creche, na nossa perspetiva, não se traduz de imediato em isolamento social.

Neste texto focamo-nos estritamente nas crianças que frequentam creches, e que, face às contingências criadas pela situação pandémica, que obrigou a encerrar esses equipamentos, ficaram, numa primeira fase, confinadas em casa, com o seu núcleo familiar restrito, sem oportunidades, inclusivamente, de conviverem com os avós. Surpreendentemente, no período inicial de desconfinamento, as creches foram as primeiras estruturas a abrir, pretensamente sob orientações das entidades de saúde que pretendiam que o isolamento se mantivesse também nas instituições, em condições não condicentes com os princípios educativos pelo que a educação de infância pugna. Ou seja, inesperadamente, a vida destas crianças, dos seus familiares e educadores, viu-se profundamente alterada, tendo emergido rapidamente um conjunto de preocupações, em primeiro lugar, com as condições de segurança sanitária e, progressivamente, à medida que os dias foram passando e quando as creches foram abrindo, com as oportunidades educativas devidas às mesmas.

Este artigo integra, de forma articulada, duas partes: iniciamos por um enquadramento em que abordamos as finalidades das creches e o panorama geral traduzido pela baixa cobertura desta valência no território português; na segunda parte,

valorizando as narrativas de experiência como recurso informativo e formativo, e, ao mesmo tempo, como registo histórico de um tempo inusitado, trazemos para análise a descrição do processo desenvolvido numa creche, procurando aferir o que manifestam as crianças e as oportunidades colaborativas entre pais e educadores em torno do que entendemos como educação de infância emancipatória. Na síntese final apontamos aspetos que consideramos centrais, entre os quais realçamos a necessidade da abordagem sistémica dos problemas com que nos deparamos, garantindo que os princípios educativos a favor do bem-estar integrado prevalecem.

ALGUNS DADOS CONCEPTUAIS E ORGANIZATIVOS SOBRE AS CRECHES

A creche, enquanto instituição de acompanhamento para as crianças dos zero aos três anos, apresenta na sua raiz razões de ordem assistencial, tendo surgido, já nos finais do século XIX, como instituição de guarda e cuidado das crianças em período de atividade laboral das mães; entretanto, com o avançar do conhecimento científico na área das ciências sociais e educativas, estas estruturas têm vindo a ganhar identidade própria, constituindo-se como um dos 'espaços de vida das crianças', não desmesurando, contudo, a família como o primeiro e principal contexto de socialização das crianças (BRONFENBRENNER, 1984), com quem é fundamental articular a ação desenvolvida nestas organizações. Enquanto instituições dedicadas à infância, as creches são, nas perspetivas que subscrevemos, "a construção social de uma comunidade de agentes humanos, originada da nossa interação activa com outras pessoas e com a sociedade" (DAHLBERG, MOSS E PENCE, 2003, p. 87), em que faz sentido o diálogo e a ação comunicativa que implica reconhecimento mútuo entre crianças e destas com adultos.

A visão essencialmente assistencialista que se entende que as creches devem prestar às crianças pequenas, em Portugal, continua muito presente, pese embora os estudos aprofundados já existentes sobre necessidades, potencialidades e agência de bebés, bem como sobre outras dimensões relacionadas com creches (de ordem organizacional, pedagógica, identidades profissionais e outras), mostrarem a pertinência do reconhecimento das mesmas como espaços de promoção educativa, ou seja, de aprendizagem e desenvolvimento das crianças. Os princípios de ação que subscrevemos e que enformam o teor do texto aqui apresentado, sustentam-se na afirmação das crianças como sujeitos com o direito de "poder vivenciar ativamente sua infância com dignidade e respeito [tal como] é referendado pela Convenção

Internacional sobre os Direitos da Criança (1989) ao reconhecer a criança como cidadão ativo e participante da sociedade, e não mais um objeto passível apenas de proteção e de cuidado pelo Estado.” (FAVORETO E ENS, 2015, p. 46).

As concepções educativas têm sido afirmadas por educadores e investigadores, e aceites retoricamente pelos governos, no entanto, o que continua a prevalecer nos instrumentos legislativos é uma visão assistencialista, em que as creches são definidas como ‘serviços de apoio às famílias’ (Portaria 262/211 e DL 33/2014), verificando-se uma apresentação de objetivos centrados nas preocupações de apoio para a conciliação da atividade familiar com as responsabilidades de acompanhamento das crianças, do cuidado físico e afetivo, mas não evidenciando preocupações educacionais específicas para as crianças dos zero aos 3 anos de idade². Na nossa perspetiva, continua a verificar-se total alheamento do Ministério da Educação face às responsabilidades educativas das crianças desta faixa etária, contrariando, inclusivamente, recomendações internacionais, produzidas pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE)³, já em 2000, bem como do Conselho Nacional da Educação (CNE)⁴, o qual, já em 2011, afirmava as creches como direito educativo e não como mera resposta social. Curiosamente, a obscuridade em que estas questões se têm mantido, tiveram maior visibilidade durante o período da pandemia, particularmente na fase transitória para o desconfinamento, face às preocupações demonstradas pela população em geral com a reabertura das creches: por um lado, ao longo de todo este período, alguns investigadores e outros atores sociais (particularmente da área da educação, da sociologia da infância, da psicologia e outras), através da participação em webinários ou utilizando diferentes recursos digitais, alertaram para a necessidade de se ouvirem as crianças nos espaços privados em que passaram a estar 24 sobre 24 horas, com as mesmas pessoas, tendo sido criadas,

² Objetivos das creches: a) Facilitar a conciliação da vida familiar e profissional do agregado familiar; b) Colaborar com a família numa partilha de cuidados e responsabilidades em todo o processo evolutivo da criança; c) Assegurar um atendimento individual e personalizado em função das necessidades específicas de cada criança; d) Prevenir e despistar precocemente qualquer inadaptação, deficiência ou situação de risco, assegurando o encaminhamento mais adequado; e) Proporcionar condições para o desenvolvimento integral da criança, num ambiente de segurança física e afectiva; f) Promover a articulação com outros serviços existentes na comunidade (Portaria 262/211).

³ A OCDE, em 2000, realizou uma visita a Portugal com o foco no conhecimento da ação no campo da educação de infância, tendo apontado a necessidade de o governo atender com maior assertividade às questões da educação das crianças dos zero aos três anos de idade.

⁴ O Conselho Nacional da Educação é um órgão consultivo, independente, nomeado pela Assembleia da República, a quem cabe emitir pareceres, opiniões e recomendações sobre questões relacionadas com a educação, as quais devem suportar as medidas educativas assumidas pelo governo.

inclusivamente, plataformas para que as mesmas se pudessem pronunciar⁵. Por outro lado, associações de profissionais responsáveis por creches e de profissionais de educação de infância⁶, pronunciaram-se através de diferentes meios de comunicação social (redes sociais, TV, jornais), realçando a pertinência da preservação dos princípios centrais da educação de infância (a relevância do brincar livre, o valor das interações) na reabertura das creches, apontando propostas de estratégias para o acolhimento das crianças de uma forma segura e, ao mesmo tempo, prazerosa.

A nossa conceção de ação educativa em creche baseia-se na ideia do EDUCARE, conceito introduzido por Bettye Caldwell (1995) para estas instituições, entendendo-se não ser possível desmembrar o cuidado da educação; ou seja, subscrevemos que “Não se pode educar ninguém sem se proporcionar cuidados verdadeiros e proteção durante os preciosos primeiros anos de infância. Por outro lado, não se pode proporcionar esses cuidados verdadeiros e proteção durante os primeiros anos de infância ou durante outros anos quaisquer sem se educar” (CORREIA, 2018, p. 471). Nesta linha, a educação de infância com crianças pequenas, desenvolve-se a partir da interação próxima entre crianças e entre estas e adultos, constituindo a pedagogia dos relacionamentos um lugar de destaque (MOOS, 2009; DAHLBERG, MOSS & PENCE, 2003) nas instituições em que vivem um tempo longo da sua infância. As creches “São parte da vida das crianças, não apenas uma preparação para a vida. É o aqui e agora. São espaços onde se valorizam os interesses, as motivações das crianças, onde a flexibilidade e a criatividade ocupam um lugar privilegiado” (CORREIA, 2018, p. 118). Face a estas conceções que sublinhamos e às condições a que a defesa sanitária pretende impor, a nossa reflexão tem sido orientada por algumas questões:

- como promover os princípios educativos pugnados num apoio educativo a distância? como conseguir que a agência da criança seja afirmada quando os receios securitários que a todos afetam podem levar ao aumento de atitudes protecionistas e abafadoras da sua ação espontânea? como garantir que as creches, sob um regime sanitário tão restritivo, podem ser um espaço de espontaneidade para as crianças?

⁵ Veja-se, como exemplo, o site www.trancadasemcasa.pt, criado por grupo de investigadoras da Universidade do Minho, em que crianças puderam exprimir-se, sendo também possível aos pais encontrarem aí recursos de apoio para as suas ações com as crianças.

⁶ De salientar o *CONTRIBUTO PARA ASSEGURAR A QUALIDADE. PEDAGÓGICA EM CRECHE (0-3 ANOS). EM TEMPO DE COVID19*, resultado do trabalho de reflexão de um grupo alargado de investigadores e educadoras de infância, membros da Associação de Profissionais de Educação de Infância, texto enviado para as entidades governativas e amplamente difundido nas redes sociais, no qual se reafirmam os princípios fundamentais e inultrapassáveis da educação de infância, e se lançaram propostas para as profissionais conseguirem dar resposta à reabertura das creches, garantindo o bem-estar das crianças.

Face a circunstâncias tão incomuns, maior certeza temos de que a escuta de uns e de outros (crianças, pais e profissionais) será fundamental para se procurarem, ainda que na incerteza, trilhar caminhos que garantam a promoção de uma infância e educação equilibradas para as crianças destes tempos. Entendemos a escuta “enquanto processo ativo de comunicação, consistindo em ouvir, interpretar e construir significados que não se limitam à palavra falada, mas tomam como ponto de partida o facto de crianças e adultos estarem expostos a múltiplas vozes, múltiplas perspetivas nos olhares e pensamentos sobre a aprendizagem, sobre a criança e sobre a profissão e, ainda, múltiplas noções de qualidade em Educação” (COSTA e SARMENTO, T. 2018, p. 75). Pensar e agir na educação de crianças obriga, sempre, por questões de direito e princípio, a ouvir os pais, no sentido de os assumir como corresponsáveis do processo educativo, o que é entendido como uma das condições para a definição da qualidade de uma creche, na base de uma pedagogia do encontro (DAHLBERG, MOSS & PENCE, 2003), que fomente relações de parceria, baseadas numa comunicação transparente e confiante, especialmente pertinente em alturas em que as profissionais (também elas fragilizadas pelos receios criados pela situação pandémica) precisam sentir elos securizantes que as ajude a concretizar um bom desempenho profissional.

Reconhecendo que só com o passar do tempo nos será possível compreendermos de facto o que todos estamos a passar nesta época de tantas incertezas, entendemos que narrar ou mobilizar narrativas do vivido é fundamental para nos permitir tomar consciência de todas estas experiências, no sentido de as assumirmos como formativas.

No presente artigo partilhamos a experiência de um grupo de educadoras de infância, no âmbito da situação de pandemia mundial, relatando de forma reflexiva como a creche da Associação Gerações⁷ procurou atender as necessidades das crianças, quer durante o período de confinamento social como na reabertura da instituição.

RELATO DA EXPERIÊNCIA DA ASSOCIAÇÃO GERAÇÕES

Tempo De Confinamento

De forma inesperada e sem qualquer situação análoga em toda a história da educação de infância, no início de março, face à pandemia gerada pelo coronavírus

⁷ A Associação Gerações é uma organização que atua na área educativa e social: creche, educação pré-escolar e centro comunitário, estando fica sediada no norte de Portugal.

covid19, o governo português determinou o encerramento de todas as creches, jardins de infância e escolas do território nacional, o que gerou uma enorme sensação de insegurança e incerteza em toda a população, sem saber o que fazer.

No caso da Associação Gerações, no dia imediato ao comunicado do governo, a diretora pedagógica comunicou com toda a equipa educativa, no sentido de procurar transmitir alguma serenidade face à angústia e medos por todos vividos. Nesse mesmo dia, a chegada da diretora pedagógica da AG foi antecipada para a hora de abertura da instituição para garantir o acolhimento de toda a equipa educativa e de todas as famílias que quisessem partilhar as suas inseguranças, dúvidas, incertezas e angústias. No olhar dos adultos, na expressão dos seus rostos, estava estampada a incerteza quanto ao futuro... quanto ao acompanhamento educativo das crianças e quanto aos seus contratos de trabalho. A direcção da AG reuniu para tomar algumas decisões, mas, na verdade, poucas decisões se poderiam tomar porque havia uma grande incerteza quanto ao futuro, tendo sido tomadas duas medidas:

- 1.** A direcção da AG assegurou o pagamento do vencimento na integra a todos os membros das suas equipas de trabalho, referente ao mês em curso, ficando pendente a realização de uma reunião posterior para se tomar uma decisão em relação a possíveis meses posteriores;
- 2.** Quanto às crianças e famílias, foi elaborada uma carta, demonstrando total disponibilidade para a instituição os apoiar durante o período de encerramento e deixando algumas sugestões para dinâmicas a serem desenvolvidas entre as crianças e os pais durante o período de quarentena.

Durante a primeira semana de encerramento da creche, a principal preocupação foi perceber de que forma se poderia apoiar pais e crianças, mesmo em distanciamento e isolamento, o que exigiu de todos os elementos uma forte pesquisa em busca de propostas, no entendimento dos apoios e retaguardas que poderiam ser implementados.

Uma das primeiras inquietações que sentimos por parte dos pais relacionava-se com o facto de terem de deixar de trabalhar para cuidar dos filhos e do impacto financeiro que tal situação poderia causar na vida familiar. Atentos a esta necessidade, dois dias após o encerramento da instituição, as famílias receberam uma comunicação da creche com algumas indicações relativas aos apoios do governo e respetivos formulários que era necessário preencher. Por outro lado, e preocupados com as questões do apoio emocional, a AG avançou com a iniciativa *#memoriasemfamília*, a

qual pretendia valorizar e reconhecer a importância de pais e filhos passarem mais tempo juntos e salientar como o período de quarentena poderia ser encarado de forma positiva.

Uma semana após o encerramento da creche, a equipa de educadoras reuniu para definir um plano de acompanhamento às crianças e suas famílias, tendo sido tomadas algumas decisões importantes:

- Durante toda a quarentena a equipa reuniria semanalmente para fazer um ponto de situação relativamente ao acompanhamento dos pais e crianças e tomar novas medidas para futuro;
- A equipa educativa iria manter-se sempre disponível através de redes de contacto online;
- Todas as semanas, cada educadora faria um contacto formal com cada família do seu grupo de crianças;
- O acompanhamento a realizar às famílias seria personalizado e adequado mediante as interações que se fossem concretizando;
- Caso alguma família não respondesse às comunicações via email seria estabelecido contacto telefónico para identificação e acompanhamento de alguma ocorrência inesperada.

O primeiro contacto das educadoras com as famílias consistiu numa mensagem que tinha como prioridade saber como estavam e como tinha sido a primeira semana de isolamento social, como estavam a reagir as crianças, quais as principais necessidades que sentiam e de que forma a AG as podia ajudar. Como ponte para alimentar esta relação, cada educadora enviou para cada casa um registo fotográfico de um momento significativo vivido na creche, nos últimos dias de funcionamento da creche. De imediato as famílias começaram a responder, dando o seu *feedback* e apresentando as suas principais necessidades e expectativas, das quais destacamos:

- Incertezas quanto à definição das rotinas dos bebés e das crianças em casa: manter a rotina da creche ou estabelecer uma nova rotina;
- Relatos das crianças que nomeavam os amigos da creche, mas que os pais não conheciam;
- Verbalizações das crianças sobre jogos e canções que faziam na creche, mas que os pais não conheciam e por isso não sabiam como dar continuidade;

- Algumas alterações emocionais e comportamentais de algumas crianças, descritas pelos pais como “mais birras”; “mais dificuldades para comer”; “mais dificuldades para dormir”.

Nesta auscultação não se verificou a necessidade de apoios ao nível alimentar ou de bens de primeira necessidade. As necessidades relacionavam-se muito com o bem-estar emocional de pais e filhos, e muitas dúvidas chegavam até às educadoras sobre “como ocupar o tempo das crianças?”. Cada educadora foi escutando crianças e pais e assim definiu um conjunto de estratégias a implementar com o seu grupo de referência, das quais partilhamos aquelas que se revelaram mais significativas:

- Vídeos da equipa educativa apresentando as principais canções e jogos realizados na creche e que as crianças tentavam reproduzir em casa;
- Filmagens da equipa educativa narrando as histórias preferidas das crianças;
- Filme de apresentação das crianças com os respetivos nomes, para dar a conhecer aos pais os amigos de que os seus filhos falavam;
- Videochamadas com as crianças em pequenos grupos ou individualmente para interação livre ou para apoiar em questões mais particulares;
- Videochamadas para celebrar o aniversário das crianças;
- Partilhas com os pais sobre a importância das rotinas estáveis para os bebés e crianças pequenas, procurando ajudá-los a compreender a importância daquelas no bem-estar e na satisfação das necessidades das crianças, salientando a importância de cada família encontrar uma rotina que melhor se adequasse às suas idiossincrasias.
- Partilhas sobre questões do desfralde;
- Alguns pais também se mostraram preocupadas com o tipo de atividades e brincadeiras que poderiam realizar em casa com os seus filhos, demonstrando uma certa angústia pela perda de oportunidades que sentiam que as crianças estavam a ter por não frequentarem a creche. Assim, algumas educadoras sentiram a necessidade de partilhar algumas propostas pedagógicas, mas principalmente reforçar a importância das relações nos primeiros anos de vida e a utilização de materiais não estruturados.
- Foi enviado para casa, por correio, um livro em branco para registarem as suas memórias em família durante a quarentena.

É certo que durante a quarentena nem todas as famílias viveram a nossa presença da mesma forma, tendo sido um princípio definido pela equipa educativa

respeitar o tempo, o espaço e a privacidade de cada uma. A maior preocupação de toda a equipa foi sempre apoiar a partir das propostas vindas de cada casa, continuar a relação com todos, procurando garantir a disponibilidade e suporte emocional e educacional, mais do que propor ou enviar atividades à distância.

Do Confinamento À Reabertura Das Creches

Passados dois meses de estado de emergência, traduzido pelo confinamento familiar, o governo anuncia a possibilidade da reabertura das creches, pelo que toda a equipa educativa começou a planear e projetar como poderia ser este regresso, quer do ponto de vista sanitário, quer do ponto de vista pedagógico.

O planeamento envolveu muitos encontros internos da equipa educativa com a participação de outros profissionais: pediatras, enfermeiros, psicólogos com os quais procuramos dialogar tendo em vista as possibilidades de uma reabertura positiva.

Um dos aspetos mais importantes na preparação do regresso foi atender aos medos e inseguranças dos adultos: quer dos elementos da equipa da creche, quer das famílias das crianças. Tornou-se crucial para a coordenação pedagógica da AG atender e compreender os dilemas e inseguranças dos adultos, sabendo dos riscos de os mesmos serem transmitidos às crianças, o que poderia ter um impacto emocional muito negativo.

Pensar o acolhimento de todos foi uma das principais preocupações no regresso aos contextos de educação: crianças, pais e equipas. Definimos à partida que teria que ser um acolhimento que conciliasse as normas sanitárias com o bem-estar emocional de crianças e adultos, sem perder de vista o protagonismo das crianças neste processo, garantindo o seu superior interesse e a efetividade de direitos de todos os envolvidos.

As primeiras orientações que surgem da direção geral de saúde⁸ mostram uma imagem da educação e cuidados em creche desvinculada da realidade: fala em distanciamento de 2 metros entre as crianças, equacionam a possibilidade dos bebés passarem os dias em espreguiçadeiras e berços a fim de se evitar o contacto físico e a proximidade, fala-se em brinquedos unipessoais e intransmissíveis, e uma das expressões utilizadas por um dos responsáveis num comunicado ao país é *"cabe aos educadores ensinar as regras às crianças para que as crianças aprendam a manterem-se afastadas"*. De facto, percebe-se neste tipo de medidas e nestes discursos uma

⁸ Orientação n.º 25/2020 de 13 de Maio de 2020 – Medidas de prevenção e controlo em creches, creches familiares e amas.

imagem de criança, de infância e de creche na qual poucos se reveem. Num debate a diretora pedagógica da AG dizia:

[...] eles, os que estão atrás de uma secretária, que estão num gabinete, eles não sabem o que é a vida na creche, eles não sabem que a creche é um lugar de vida, de encontro e de relação, eles não sabem nem sonham que o maior valor da creche serão sempre as relações, são a ética do cuidar, a ética da relação que cada adulto pode e deve estabelecer com cada criança e com todos.

Partindo destes cenários começamos as nossas discussões e debates sobre o regresso, estudamos profundamente todas as recomendações da DGS, mas à luz do que era a nossa realidade, o nosso contexto, os nossos valores educativos e pedagógicos, definimos a nossa carta de princípios e de atuação – o nosso plano de contingência. Na AG assumimos que, independentemente das medidas do governo, era nossa responsabilidade pensar e refletir sobre o acolhimento, sobre o regresso e definirmos as regras, os protocolos, os cuidados, os princípios e as condições para a o regresso das crianças em segurança, sanitária e educativa. Consideramos um dever moral e ético que as instituições têm para com cada uma das suas crianças e para com cada elemento da sua equipa, refletir e agir no superior interesse da criança, sem nunca esquecer de “cuidar de quem cuida”, lembrando sempre que é nosso dever defender a criança e a infância, num compromisso sério que passa por assumir a responsabilidade individual e coletiva. Com essas referências como guia, atendemos às seguintes dimensões:

Ambiente Educativo: espaços, materiais, instalações e infraestruturas

Foram vários os questionamentos que nos surgiram; desde logo, como reforçar as medidas de higiene e segurança, mantendo a dignidade da creche como espaço educativo de qualidade?

Como refere Sara Araújo, “O ambiente físico e material das salas de creche deve refletir a crença na competência participativa da criança e criar múltiplas oportunidades ao nível dos seus processos de aprendizagem e desenvolvimento” (ARAÚJO, 2013, p. 30), logo, os materiais ainda que tivessem que ser reduzidos, não poderíamos deixar perder a qualidade, diversidade e riqueza do contexto. Os bebés continuam a ter direito a um ambiente educativo diversificado e enriquecedor das suas experiências de vida, sem por em risco, naturalmente, a sua segurança sanitária. Tornou-se necessário olhar e rever a organização das salas. Talvez mais do que nunca fizesse sentido pensar na quantidade de materiais com que por vezes enchemos as nossas salas, confundindo

quantidade com qualidade. As educadoras foram muito cuidadosas a este nível: todos os materiais foram organizados num sistema rotativo, garantindo aos bebés o acesso aos mesmos, mas conciliando com a necessária troca para a desinfeção e limpeza.

Corroboramos as ideias de Goldschmied e Jackson (2000) que afirmam que o contexto que acolhe crianças até aos três anos deve obedecer a uma dupla função: por um lado, deve ser confortável e criar uma atmosfera familiar e, por outro lado, deve apresentar as condições necessárias ao desenvolvimento de uma prática pedagógica adequada. Assim, procuramos deixar os espaços amplos e arejados, acreditando que as crianças podiam movimentar-se melhor e garantindo a maior circulação do ar.

Uma das orientações que recebemos foi que os pais e outras pessoas externas à instituição não deveriam entrar no interior das instalações da creche. Mas surge então uma nova questão para a equipa educativa: como reduzir ao máximo a circulação de pessoas no interior das instalações sem perder o valor da participação e do envolvimento dos pais? Foi então necessário rever as estratégias de forma a permitir que os pais, mesmo não entrando, pudessem levar as crianças até às salas (através dos acessos pelos espaços exteriores) e projetar espaços de transição que facilitassem o acolhimento do bebé de forma securizante para todos.

Os espaços exteriores assumiram um papel crucial no momento de regresso e também foram considerados para facilitar a transição e o acolhimento das crianças que regressavam ou chegavam pela primeira vez à creche. As rotinas dos bebés foram repensadas procurando que todas as crianças pudessem estar o maior tempo possível no exterior, ao ar livre.

Outro espaço e outro momento da rotina que teve de ser muito bem refletido foram as refeições: os momentos de almoço e lanches. Entendemos estes momentos como fundamentais para o desenvolvimento e bem-estar das crianças, pelo que foram introduzidas estratégias para que as medidas de higiene não desvirtuassem o valor educativo destes momentos. Os bebés e as crianças da sala de 1-2 anos passaram a realizar as suas refeições num espaço devidamente preparado na própria sala. As crianças da sala dos 2-3 anos continuaram a realizar as suas refeições no refeitório da creche, de forma calma e tranquila.

Objetos e materiais pessoais das crianças

Uma outra dimensão que tivemos de analisar relacionou-se com os materiais que as crianças trazem diariamente de casa, procurando-se a articulação com as orientações

da DGS para que se reduzisse ou não existisse mesmo transição de objetos de casa para a creche. Em Portugal, na maioria deste tipo de instituições, são os pais que fornecem as fraldas, os produtos de higiene, alguma alimentação específica, o que faz com que diariamente as crianças transportem uma mochila com isso e com as mudas de roupa suplente e objetos de conforto individual. Relativamente a estes (chupetas, dudus, fraldas de pano, peluches ou outro), era importante que as crianças continuassem a ter acesso aos mesmos, como garantia do seu conforto e bem-estar emocional. Para tal, foi combinado com todas as famílias que todos os bebés e crianças pequenas teriam um exemplar desses mesmos objetos na creche e que nos responsabilizávamos pela sua higiene e cuidado. No que diz respeito às mudas de roupa e produtos de higiene pessoal, foi conversado previamente com as famílias a definição de um protocolo que passou por entregar este material semanalmente e sempre em quantidade suficiente para evitar a entrada e saída constante de novos exemplares. Assim, todos juntos, pais e educadores, num processo de corresponsabilização, garantimos a continuidade dos cuidados emocionais das crianças também a este nível.

Horários de funcionamento

Uma das orientações recebidas foi de que as crianças apenas deveriam frequentar a sua própria sala de referência, que não deveria haver junção de crianças de diferentes grupos para evitar situações de contágio cruzado caso se sinalizasse alguma ocorrência, o que se torna muito difícil em situações de crianças que passam 10 a 12 horas nas creches, com tempos de presença comuns, o que obrigou a negociar com as famílias a redução do horário de frequência. Para além desta revisão foi também necessário analisar com os pais os horários de chegada e saída de cada criança, procurando, por um lado, garantir um atendimento mais individualizado nestes momentos, mas também para evitar a junção de famílias e crianças durante estes períodos, o que se revelou crucial para conseguirmos atender às necessidades específicas de acolhimento de crianças e pais, manter o diálogo e a comunicação de proximidade.

Acolhimento, integração e adaptação das crianças e famílias

Em primeiro lugar, destacamos que na equipa da AG acreditamos que pensar o acolhimento no regresso implica atender à relação que se manteve com as crianças durante o período de confinamento, porque tivemos contextos com os quais não houve

qualquer contacto e outros em que se manteve um contacto assíduo. De acordo com Gabriela Portugal (1998, p. 192):

“Para se desenvolverem as práticas de acolhimento da criança e facilitar o processo de separação importa considerar todo o campo da relação, considerando a crianças e os pais; importa que os adultos da creche sejam considerados responsáveis e capazes de iniciativas criadoras no seu trabalho, podendo investir na observação da criança e na análise das suas próprias práticas.”

Assim, o acolhimento das crianças foi projetado com as famílias e pensado nas dimensões da conquista da segurança e na renovação da confiança de todos, havendo uma forte preocupação em criar boas memórias do regresso, no sentido de criar uma lembrança positiva. Na semana imediatamente anterior à reabertura da creche foram organizados dois dias para visitas. Num primeiro dia as crianças estiveram na instituição cerca de uma hora, e num segundo dia tiveram a oportunidade de permanecer uma manhã ou uma tarde na creche. Por outro lado, no dia destinado à entrega dos pertences individuais das crianças (cerca de uma semana antes da reabertura), os pais puderam se fazer acompanhar pelas crianças e estas revisitaram os espaços exteriores da creche e tiveram um primeiro reencontro presencial com os adultos significativos (educadora e auxiliares). Após a reabertura efetiva, foi proposto a todas as famílias que a primeira semana de frequência da creche fosse uma semana de adaptação gradual (a cada dia, a criança permanecia na creche por um período de tempo maior, mediante os sinais de bem-estar que fossem observados). Para além destas estratégias também foi definido junto de cada sala uma área de transição para acolher as crianças e famílias de forma calorosa (uma vez que os pais não podem entrar na creche) e as famílias foram convidadas a enviarem algumas fotografias de momentos significativos vividos na quarentena, como forma de estabelecer pontes e conexões entre as vivências familiares e o regresso à AG.

Dialogamos com todas as famílias, via online, sobre o distanciamento anunciado pela direção geral de saúde, sobre as questões do colo e dos afetos, reafirmando que a creche é um lugar de encontro e relação e que o colo e os afetos não seriam negados a qualquer criança, bem como não seriam forçadas, ou tão pouco convidadas, a manter o distanciamento umas das outras. Refletimos sobre a humanização dos cuidados em creche como sendo um valor muito importante para toda a equipa. Esta foi uma reflexão que teve um grande impacto junto das famílias e uma das mães verbalizou: - *“agora estou mais descansada. Estava mesmo preocupada como é que os meus filhos voltariam para a creche e iriam estar as crianças afastadas umas das outras... com receio de que*

se chorasse não lhe dessem colo” (S. mãe de um bebé de 11 meses e de uma menina de 2 anos).

No caso das crianças que não regressaram à creche foi mantido o contacto com as famílias, procurando estabelecer uma relação positiva e o acompanhamento de respostas às necessidades das mesmas. A estas crianças foi dada a possibilidade de realizarem pequenas visitas, previamente agendadas, aos espaços exteriores. Num dia previamente combinado, o S. pode visitar o parque da creche, como nos conta a sua mãe:

“Neste dia, ao chegar à creche (via online), apontou para a sala polivalente que se consegue ver do jardim e disse “ali tem os palhaços, mãe”, referindo-se a uma das vivências significativas na creche antes do encerramento – o carnaval. Nesse mesmo dia S. falou com uma das educadoras que no carnaval se fantasiou de palhaço e durante a conversa disse “Vânia tu podes vestir o fato do palhaço outra vez?”

Gestão das equipas

A preocupação com a gestão das equipas foi permanente, tendo-se mantido contactos constantes, o que se revelou fundamental para reduzir as angústias e inseguranças de todos os elementos e preparar bem o regresso. Antes da reabertura da creche, toda a equipa esteve envolvida em formação, esclarecimento de dúvidas e sensibilização para procedimentos, tendo em conta o plano de contingência definido, no qual todos puderam participar com sugestões, nomeadamente no que diz respeito a questões práticas de acolhimento das crianças, conciliação dos protocolos de higiene com os cuidados específicos das crianças ou a conciliação das normas sanitárias com a organização pedagógica de cada sala, entre outros. A estratégia de reunir com toda a equipa, antes e durante o período de reabertura, a qualquer hora que fosse necessário, garantiu um acompanhamento sensível e cuidado a cada um dos seus membros, testemunhado em depoimentos significativos:

*“[...] nunca pensei que a epidemia chegasse a Portugal, muito menos que tivesse o impacto que teve e continua a ter a nível mundial... No entanto, quando chegou à Europa com inúmeros casos de morte, uma doença tão grave e sem cura, o medo tornou-se constante, tudo mudou, a nossa vida ficou em suspenso. (...) Lá fomos para casa, e tudo ficou em suspenso, as ruas estavam desertas e o medo reinava... Da Gerações ia chegando a esperança, em atos e palavras... E na verdade a cada dia de incerteza chegava uma mensagem de tranquilidade, havia sempre um raio de sol a passar por entre as nuvens, um amor a nascer no parque da creche. Um sinal de que a vida continua e que apesar das dificuldades se a esperança existir tudo se resolve...
[...] Num dos dias mais especiais do ano abrimos os portões com energia e esperança de tudo iria correr bem... A pouco e pouco as crianças iam chegando sorridentes e felizes e aí tive a certeza de que... Vamos todos ficar bem...”* (L. – colaboradora).

Famílias: sensibilização, envolvimento e participação

Ao longo deste texto já fomos relatando algumas das vivências com as famílias, as pontes, as relações os vínculos mantidos durante toda a quarentena e o quão foram importantes para que o regresso à creche acontecesse de forma mais segura e serena. Os diálogos que foram mantidos sobre as dificuldades que íam sentindo permitiu, mais do que nunca, uma aproximação muito forte entre famílias e educadoras, como o confirma a narrativa de uma mãe:

A nossa quarentena começou bastante apreensiva, com muita informação e muito receio. Felizmente conseguimos dar a volta e tirar o melhor partido deste tempo de paragem (...). A Gerações contribuiu para nos dar várias vezes o mote das brincadeiras, foi também muito importante para um regresso em pleno. Recebemos todas as semanas beijinhos e abraços virtuais e palavras de conforto. Todas as medidas tomadas deixaram-nos seguros para regressar (C., mãe da F. de 4 anos e da L. de 2 anos).

Todas as famílias foram sensibilizadas para a importância do seu próprio comportamento, conduta e atuação, de forma a compreenderem que teriam um papel fundamental para que o regresso corresse da melhor forma possível – “todos somos agentes de saúde pública”. O testemunho de uma mãe, que simultaneamente é colaboradora da AG, é revelador do ambiente securizante que conseguimos manter:

Sou mãe e colaboradora da Gerações! (...) é sem dúvida a nossa segunda casa e onde nos sentimos muito bem. A quarentena veio ainda reforçar este nosso sentimento. Em momento algum nos sentimos desprotegidos. Foi incrível o trabalho que a direção teve perante as colaboradoras e as educadoras para com as crianças. Com o apoio da Instituição conseguimos manter as rotinas e a estabilidade emocional das crianças. Tivemos dias divertidos, dias tristes, dias de desespero por pensar que não conseguíamos superar, mas felizmente estivemos sempre juntos e os dias foram passando e as energias renovando. (R. – mãe do D. de 3 anos e colaboradora da Gerações).

Condições Gerais de Higiene e Segurança

As parcerias com unidades de saúde tornaram-se fundamentais neste período para a operacionalização das condições de apoio sanitário, tais como a criação de uma sala de isolamento, a definição de procedimentos em casos suspeitos de doença (quer em crianças quer em adultos), a adoção de equipamentos de proteção individual, entre outros. Um dos protocolos que suscitou maior discussão foi a utilização de máscaras cirúrgicas por parte de todos os adultos e equipas da creche – uma medida decretada pelo governo. Inicialmente esta medida levantou muitas questões sobre o impacto

emocional que a utilização das máscaras poderia provocar no bem-estar dos bebês e crianças pequenas; dúvidas sobre como reagiriam os bebês, questões sobre o desenvolvimento da linguagem e sobre o desenvolvimento emocional foram muitas vezes levantadas. Na sequência, projetou-se um conjunto de medidas e estratégias para humanizar a utilização das máscaras:

- Realizaram-se videochamadas com as famílias em que os adultos se apresentavam inicialmente sem máscara e depois colocavam a máscara;
- Os pais foram convidados para utilizarem as máscaras em alguns momentos em casa, para que as crianças se fossem habituando à presença deste objeto;
- A equipa educativa construiu a história "O Monstro Amor", procurando humanizar a utilização das máscaras;
- Todas as famílias receberam fotografias de toda a equipa da creche, com e sem máscara. E estas mesmas fotografias foram expostas na entrada da creche (do lado de fora) para que as crianças pudessem ir reconhecendo os elementos da equipa educativa;
- Num primeiro momento na chegada à creche, e sempre que as crianças manifestassem alguma rejeição à apresentação da máscara, havia o cuidado de a desviar por momentos, com as devidas distâncias, e apresentar-se: - "Sou eu, João, é a Rita. Bom dia. Vamos brincar?", e depois voltavam a colocar a máscara, desinfetavam as mãos e aproximavam-se fisicamente da criança e da sua família para acolher nos braços o bebé.

O regresso à creche fez-se num misto de força e receio para os adultos mas de muita alegria para as crianças, como o destaca o relato de uma das educadoras:

Após tantos dias em casa, as crianças regressaram alegres, entusiasmadas e saudosas. Saudosas sobretudo das relações com os outros, dos seus amigos crianças e adultos da creche. As máscaras dos adultos passaram despercebidas; mesmo não sendo, até pareciam máscaras transparentes. Quando chegavam as crianças perguntavam frequentemente pelos amigos e isso parecia sempre o mais significativo – o reencontro com os amigos" (S. educadora da sala de 2-3 anos).

Demonstrativo de que "a educação é uma pedagogia da relação (...) e o primeiro direito da criança na creche é o de ser olhada pelas educadoras com o desejo de a conhecer e de a compreender" (OLIVEIRA-FORMOSINHO & FORMOSINHO, 2018; FORMOSINHO, 2020, p. 18), também a M. nos dá conta de outra situação significativa:

O S., 2 anos, esteve desde 13 de Março sem contactar com uma das auxiliares do seu grupo de referência, um dia (finais do mês de Julho), fora da creche, o S. encontrou essa auxiliar. Assim que a viu ao longe, disse "é a M., é M. da minha

(es)cola” e dirige-se para a M. em passo corrido, dando-lhe um abraço e subindo para o seu colo. O S. permanece por alguns segundos no colo da Marta, com os braços em volta do seu pescoço”.

A narrativa com que terminamos esta parte do texto, dá-nos conta da relevância das creches enquanto fóruns de socialização, em que crianças e adultos se reconhecem como pessoas que habitam num contexto de vida em que se promovem infâncias felizes:

A 27 de Maio, voltamos à Associação Gerações. Senti-me inundada por uma onda de bem-estar e tranquilidade, pela certeza de voltar à casa onde sou tão feliz! Ficou tudo tão pronto a receber as crianças e as suas famílias, tão acolhedor (para crianças e adultos), tão bonito e com tanto calor humano. Com todas as incertezas a pairar nas nossas cabeças, com tantas perguntas a que ninguém poderia dar resposta concreta, o dia seguinte trazia ansiedade e felicidade em doses aproximadas, ainda que a felicidade do reencontro tivesse a maior percentagem. Os bebés pareciam-me tão crescidos! Claro que tivemos algumas lágrimas à chegada e isso também nos mostrava que a quarentena tinha sido rica em afetos, que os vínculos estavam fortes e isso só nos poderia trazer tranquilidade... Seguiram-se colos, trocas de olhares ternurentos e sorrisos que as máscaras não mascaram! Em pouco tempo, tínhamos todos os bebés a brincar, tranquilos e felizes, redescobrimo um lugar tão deles! Deixaram-nos também a certeza de que os vínculos que construímos até Março eram significativos para eles e foi impossível não sentir uma satisfação imensa neste momento.

Mais de dois meses passaram desde o fecho ao regresso e nas idades do berçário (entre os 6 meses e os 17 meses), as diferenças ao nível do desenvolvimento são muito notórias: alguns bebés começaram a andar, outros a gatinhar, surgiram as primeiras palavras... Tudo isto foi uma surpresa também para os bebés. Foi muito interessante ver as reações que tinham entre si, observando-se, aproximando-se e sorrindo, para iniciar e/ou manter interações.

Tenho a certeza que as boas relações que são construídas dentro da Associação Gerações (e aqui falo de todas: entre colaboradores, colaboradores-direção, direção-famílias, equipas de sala-famílias, adulto-criança e entre crianças, sem esquecer também os seniores que nos trazem tanta riqueza) fazem toda a diferença! E não a fazem apenas a nível profissional! Num tempo de tanta incerteza, senti sempre a garantia de que por muito má que a realidade se pudesse desenhar, havíamos de continuar como temos feito até aqui! Como nos referem tantas vezes e me faz cada vez mais sentido, o importante não é termos as melhores coisas, é sabermos agarrar o que temos e dar o nosso melhor! Isso sim, fará toda a diferença!” (R. educadora da sala do berçário).

O ISOLAMENTO SOCIAL DE BEBÉS EM TEMPOS DE PANDEMIA – BREVE SISTEMATIZAÇÃO

Este texto vale pelas suas narrativas: da Madalena, ao demonstrar a vontade de regressar à creche, e de diferentes membros da AG (diretora pedagógica, educadoras, auxiliares e pais), que nos dão conta de situações vividas nesta época de incertezas; as narrativas dão sentido a essas experiências. Consideramos que análises socioeducativas profundas sobre o que se passa nesta atualidade inusitada, só serão possíveis daqui por muito tempo, quando houver um distanciamento que permita compreender como as gramáticas sociais, organizacionais, pedagógicas se articularam (ou não) com o bem

maior que é a saúde. Procuramos, com este artigo, contribuir para essas análises, pelo que sistematizamos alguns pontos que nos parecem centrais:

- em primeiro lugar, questionar a utilização da designação 'isolamento social dos bebês'. Como dissemos, não frequentar uma creche nem sempre se traduz por isolamento social e, muito menos, por abandono; há outras opções para o acompanhamento das crianças dos zero aos três anos, pelo que só a avaliação das condições das mesmas pode permitir concluir-se se esse isolamento social é ou não realidade;

- o encerramento das creches, governamentalmente determinada face à situação pandémica, alterou profundamente o quotidiano das crianças e dos responsáveis pelo seu acompanhamento - pais e educadores -, obrigando a que ficassem, numa primeira fase, confinados ao espaço doméstico. Ainda que a proteção da saúde se afirmasse como o valor primeiro nesta fase, tornaram-se depois evidentes as preocupações educativas, o que trouxe para o espaço público a sua discussão a favor da assunção das responsabilidades do Estado pelas mesmas;

- numa situação mundial de pandemia, o campo e as estruturas governativas da saúde ganharam uma relevância determinante, falhando, por vezes, a consciência e humildade da necessidade da sua articulação com outras áreas do saber, como é o caso da educação de infância. A posição de educadores e investigadores da área tornou-se fundamental para alertar para a defesa dos direitos da criança, mostrando a pertinência de se aferir alternativas para a conciliação entre os princípios básicos da pedagogia com medidas sanitárias adequadas;

- as creches são instituições para acompanhamento de crianças assegurados por adultos, pelo que as necessidades de segurança e bem-estar de umas têm que ser atendidas ao mesmo tempo que as de outros. A forma como se exerce a liderança, e o clima organizacional em que cada um se sente participante, são fatores que fazem a diferença quando se pretendem cumprir projetos educativos fundamentados em direitos humanos;

- a relevância da corresponsabilização educativa entre pais e profissionais ficou, mais uma vez, evidenciada nestes tempos. Sendo a família o primeiro espaço de socialização das crianças, e as creches o primeiro contexto em que a mesma se expande, a partilha de concepções e propósitos, na base da efetivação de uma colaboração educativa, será andaime para o desenvolvimento equilibrado das crianças.

Nestes tempos de pandemia, os riscos de superproteção das crianças aumentam, o que pode comportar a desvalorização da sua voz e diminuir oportunidades para o seu

desenvolvimento integral. Assim sendo, a nossa defesa vai no sentido de que a interação entre educadores e pais, baseada na observação dos interesses e necessidades daquelas e sustentados no conhecimento científico, numa articulação com as condições que a situação sanitária exigem, abra caminho para as decisões a tomar, garantindo que os meninos e meninas, como a Madalena, possam reencontrar-se com a sua Sheila e promoverem a sua infância com as brincadeiras entre amigos.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Sara. Dimensões da pedagogia em creche: princípios e práticas ancorados em perspectivas pedagógicas de natureza participativa. In Oliveira-Formosinho, J. & Araújo, S. **Educação em creche: participação e diversidade**, p. 29-74. Porto: Porto Editora, 2013.

CALDWELL, Betyne. Creche – Bebê, Família e Educação. In: J. Gomes-Pedro (coord.), **Bebé XXI, Criança e Família na viragem do século**, p. 470-473). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1995.

CORREIA, Isabel. **Para além da dicotomia cuidar/educar. Sentidos e significados da intervenção no contexto de creche**. 2018. Disponível em <https://repositorio.ul.pt/handle/10451/34862>, acessado em 18 de agosto de 2020.

COSTA, Conceição e SARMENTO, Teresa. Escutar as crianças e (re) configurar identidades – interações com voz. **Educação e Análise**, Londrina, v.3, nº.2, p.72-94, 2018.

BRONFENBRENNER, Urie. **Bioecologia do desenvolvimento humano: Tornando os seres humanos mais humanos**. Porto Alegre: Artmed, 2011.

DAHLBERG, Gunilla, MOSS, Peter & PENCE, Alan, **Qualidade na Educação da Primeira Infância – perspectivas pós-modernas**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

FAVORETO, Elizabeth; ENS, Romilda. Pesquisas com crianças: contribuição para se repensar a prática pedagógica na educação infantil e os cursos de formação de professores. In: ENS, Romilda; GARRANHANI, Marynelma (Org.). **Pesquisa com crianças e a formação de professores**. Curitiba: PUCPRESS, 2015. p. 45-72.

FORMOSINHO, João. O risco da escolarização em creche. In **Cadernos de Educação de Infância**. Lisboa: APEI, 2020.

GOLDSHMIED, Elinor & JACKSON, Sonia. **La educación infantil de 0 a 3 años**. Madrid: Ediciones Morata, 2000.

OLIVEIRA-FORMOSINHO, Júlia & ARAÚJO, Sara. **Educação em creche: participação e diversidade**. Porto: Porto Editora, 2013.

PORTUGAL, Gabriela. **Crianças, famílias e creches. Uma abordagem ecológica da adaptação do bebê à creche.** Porto: Porto Editora, 1998.

MINISTÉRIO DO TRABALHO, SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA. **Carta Social – Rede de Serviços e Equipamentos – Relatório 2018.** Disponível em <http://www.cartasocial.pt/index2.php>, acessado em 24, agosto 2020.

MINISTÉRIO DO TRABALHO e da SOLIDARIEDADE SOCIAL. Decreto Legislativo Regional n.º 16/2006/M, de 2 de maio – Aprova o **Estatuto das Creches e dos Estabelecimentos de Educação Pré-Escolar da R.A.M.** Publicado no Diário da República n.º 84 - I Série A, 2006.

MOSS, Peter. Introduzindo a política na creche: a educação infantil como prática democrática. **Psicologia USP**, Vol. 20, nº3, 417-436, 2009 Disponível em <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=305123733007>, acessado em 18 de agosto de 2020.

NOTAS

“QUEO A MINHA SHELA, QUEO OS AMIGOS”: REFLETIR O ISOLAMENTO SOCIAL DE BEBÉS EM TEMPOS DE PANDEMIA, NA BASE DE UMA EXPERIÊNCIA VIVIDA EM PORTUGAL

I want my Shela, i want my friends”: reflect the social isolation of babies in times of pandemic, on the basis of an experience lived in Portugal

Teresa Sarmento

Doutoramento em Estudos da Criança
Universidade do Minho

Departamento de Ciências Sociais da Educação

Centro de Investigação em Estudos da Criança, Braga, Portugal

tsarmento@ie.uminho.pt

<https://orcid.org/0000-0002-2371-399X>

Daniela Silva

Licenciada em Educação de infância
Vila Nova de Famalicão, Portugal

maisinfanciaportugal@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0003-4689-6183>

Endereço de correspondência do principal autor

Instituto de Educação-Institute of Education, Universidade do Minho-University of Minho, Campus de Gualtar 4750-057, Braga, Portugal

AGRADECIMENTOS

Não se aplica.

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Todos os autores contribuíram substancialmente.

Concepção e elaboração do manuscrito: T. Sarmento, D. Silva

Coleta de dados: T. Sarmento, D. Silva

Análise de dados: T. Sarmento, D. Silva

Discussão dos resultados: T. Sarmento, D. Silva

Revisão e aprovação: T. Sarmento, D. Silva

CONJUNTO DE DADOS DE PESQUISA

O conjunto de dados que dá suporte aos resultados deste estudo não está disponível publicamente.

FINANCIAMENTO

Este trabalho foi financiado por Fundos Nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia no âmbito do projeto do CIEC (Centro de Investigação em Estudos da Criança da Universidade do Minho) com a referência UIDB/00317/2020.

CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM

Não se aplica.

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica.

CONFLITO DE INTERESSES

Não se aplica.

LICENÇA DE USO – uso exclusivo da revista**PUBLISHER** – uso exclusivo da revista

Universidade Federal de Santa Catarina. Núcleo de Estudos e Pesquisas da Educação na Pequena Infância - NUPEIN/CED/UFSC. Publicação no [Portal de Periódicos UFSC](#). As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

EDITORES – uso exclusivo da revista

Márcia Buss-Simão e Kátia Agostinho.

HISTÓRICO – uso exclusivo da revista

Recebido em: 29-10-2020 – Aprovado em: 23-11-2020